

Seminário sobre o

**Contributo da sociedade civil organizada para os trabalhos da OMC : a
procura de uma melhor governação**

DISCURSO de

Roger BRIESCH

Presidente do Comité Económico e Social Europeu

Bruxelas, 27 de Setembro de 2004

Seul le texte prononcé fait foi
Check Against Delivery

Exmos(as) Senhores(as) Presidentes,
Exmos Senhores(as) Embaixadores(as)
Exmos Senhores, Exmas Senhoras,
Caros Amigos,

Em primeiro lugar, permitam-me expressar a minha satisfação por recebê-los na nova sede do Comité Económico e Social Europeu. Os meus votos de boas-vindas dirijo-os, em particular, aos nossos amigos e colegas dos países de África, Caraíbas e Pacífico, Parceria Euromediterrânica, América Latina e Ásia, que vieram a Bruxelas para se reunirem com os parceiros europeus e os porta-vozes das instituições aqui representadas.

Considero muito importante o encontro de hoje, tanto no plano pessoal como para o Comité, pois que se insere nas prioridades da minha presidência e na continuação dos trabalhos efectuados ao longo do último ano. Ao iniciar o meu mandato fixei determinadas prioridades, de entre as quais a luta contra a pobreza e o envolvimento do CESE na procura de uma melhor governação.

O Comité entregou-se totalmente a esta tarefa, aos níveis multilateral e regional. Assim, organizámos uma conferência sobre Direitos Humanos no Trabalho, em Dezembro de 2002, em Bruxelas, para a qual muitos dos presentes foram convidados. Além disso, o Comité elaborou uma parecer intitulado "Um rosto humano para a OMC » de que constam algumas das recomendações que hoje serão discutidas e com as quais pretendemos contribuir para que as necessidades e aspirações dos países em desenvolvimento sejam tidas em maior consideração e para que haja mais transparência e participação acrescida da sociedade civil nos trabalhos da OMC.

Também no contexto multilateral, decidimos elaborar um parecer sobre a dimensão social da globalização, que dê resposta à comunicação da Comissão Europeia e ao relatório da Comissão Mundial da OIT.

Ao nível regional, encetámos um diálogo sobre estas questões, em diferentes contextos. Assim, a Mesa Redonda da sociedade civil UE-Índia debateu a questão dos Direitos Humanos no Trabalho. Aproveito para saudar a presença, entre nós, de N. VOHRA, co-presidente indiano da Mesa Redonda.

No âmbito do 3º encontro da sociedade civil União Europeia-América Latina-Caraíbas, que se realizou no México em Abril de 2004, adoptámos recomendações conjuntas sobre a coesão social, com a colaboração de vários delegados da América Latina e das Caraíbas, aqui presentes.

Igualmente no quadro das relações que mantemos com os nossos parceiros ACP, tivemos o ensejo de discutir o papel da sociedade civil, a promoção do diálogo social, a luta contra a pobreza e, a pedido da Comissão Europeia, vamos elaborar brevemente um parecer sobre a dimensão social dos acordos de parceria regionais.

No entanto, faço votos para que estes dois dias de seminário constituam uma nova etapa no empenho do Comité e seus parceiros em lograr uma melhor governação ao nível mundial. Sem pretender antecipar-me às conclusões das três sessões de trabalho que temos pela frente, gostaria de enunciar, desde já, algumas ideias que emergiram dos anteriores encontros e dos trabalhos do Comité, na esperança de que possam nortear os debates. Estas reflexões incidem sobre o desenvolvimento sustentável, os interesses dos países em desenvolvimento, a democratização da sociedade mundial e a integração regional.

1. Para um desenvolvimento sustentável e o necessário equilíbrio entre as vertentes económica, social e ambiental

O Comité já assinalou, por diversas vezes, que a liberalização do comércio não deve ser um fim em si mesmo, antes um instrumento ao serviço do desenvolvimento sustentável. Estamos convictos de que o desenvolvimento das trocas comerciais favorece o crescimento económico mundial e que o crescimento contribui de forma muito significativa para a prosperidade e a criação de riqueza. Todavia, é necessário enquadrar o crescimento, por forma a que ele seja sustentável e socialmente responsável.

Aspiramos, pois, a um desenvolvimento sustentável, ou seja um desenvolvimento assente em três pilares: o económico, o social e o ambiental.

No entanto, temos de reconhecer que há um desequilíbrio no actual processo de mundialização e que as regras e instituições económicas primam sobre as regras e instituições sociais e ambientais.

As regras económicas exprimem-se, designadamente, através das actividades da Organização Mundial do Comércio, cujo papel e cuja importância não têm parado de crescer. Deve-se esta situação ao facto de que a OMC é chamada a tratar um número crescente de temas respeitantes ao comércio, mas também à realidade intrínseca das nossas sociedades e, neste aspecto, estou-me a referir ao oportuno debate sobre as preferências colectivas, lançado pelo meu amigo o Comissário Lamy. Tal se deve também ao carácter singular da OMC, em razão do seu sistema eficaz de resolução dos litígios.

Sem menosprezar a importância fundamental da Organização Mundial do Trabalho, com a qual colaborei durante vários anos, é forçoso constatar que, a despeito dos progressos e das reformas realizados, falta à OIT um instrumento de trabalho que lhe permita pôr em prática as suas recomendações.

Permitam-me que insista, uma vez mais, na necessidade de desenvolver a colaboração entre a OMC e a OIT, em especial concedendo a esta última o estatuto de observador na OMC, e de procurar uma convergência entre estas duas organizações.

A situação no plano ambiental é ainda mais crítica, porquanto, ressalvados alguns acordos multilaterais sobre ambiente – de contornos ainda imprecisos e cuja compatibilidade com as regras da OMC ainda está em discussão – é óbvia a carência de uma organização do ambiente à escala mundial. Por isso, advogamos a criação de uma agência internacional do ambiente.

2. Ter mais em conta os interesses e a voz dos países em vias de desenvolvimento

O crescimento económico dos últimos anos, que se deve em parte à liberalização do comércio, gerou em numerosos países um desenvolvimento considerável. No entanto, cerca de 50 países continuam a fazer parte do que se convencionou chamar “países menos avançados” e em relação aos quais é urgente que se tomem medidas específicas.

Além disso, importa assinalar que, mesmo nos países com forte crescimento económico, uma larga proporção da população não beneficiou dos frutos do desenvolvimento. Permitam-me, a este propósito, que me refira aos debates e conclusões do 3º encontro da sociedade civil da União Europeia, América Latina e Caraíbas sobre coesão social. Neste sentido, não nos podemos esquecer que as desigualdades e a pobreza são uma potencial ameaça para a democracia, a paz e o desenvolvimento económico.

Por outro lado, os países em desenvolvimento não têm muitas possibilidades de se fazer ouvir nas organizações internacionais. Se é certo que o princípio onusiano – um país, um voto – também se aplica na OMC, é inegável que a maioria dos países em desenvolvimento, com a excepção dos países de maior peso e tamanho, não dispõem de meios para participar plenamente nas negociações comerciais e defender os seus interesses. Realizaram-se progressos, sobretudo graças à acção da União a nível multilateral e regional, mas muito está ainda por fazer.

A adopção da Agenda do Desenvolvimento de Doha e o acordo obtido em Julho são passos no bom caminho, mormente no que se refere ao tratamento especial diferenciado e à atenção dada às necessidades específicas dos países em desenvolvimento. Mas permitam-me que insista na necessidade de se ir mais longe no apoio aos países mais pobres. Que insista igualmente em que é conveniente distinguir, entre os países em desenvolvimento, aqueles em que o atraso é persistente e os que já beneficiam das vantagens de uma economia emergente.

3. Para a democratização da sociedade internacional e a maior participação da sociedade civil

A falta de democracia no sistema de regulação mundial tem sido alvo de inúmeras críticas. Gostaria aqui de salientar dois elementos que me parecem essenciais.

É imperioso reforçar o controlo democrático que exercem os representantes eleitos dos parlamentos. Este sistema já existe nalguns contextos regionais e, designadamente no âmbito das relações União Europeia, África, Caraíbas e Pacífico. De igual modo, relativamente ao tema que nos ocupa hoje, alegamo-nos com as iniciativas tomadas, em particular pelo Parlamento Europeu, para conferir dimensão parlamentar aos trabalhos da OMC.

Mas há também que reforçar o papel e a participação da sociedade civil nas várias organizações internacionais, mormente na OMC.

O Comité fez várias recomendações neste sentido e na terceira sessão de trabalho deste seminário poderemos discuti-las juntos. Saúdo desde já os esforços realizados pela OMC para tornar os seus trabalhos mais acessíveis. Também me congratulo com o facto de a Comissão Europeia ter dado à sociedade civil da UE a possibilidade de acompanhar as negociações comerciais.

Penso que há ainda muito a fazer, mas, neste domínio, cabe à sociedade civil formular recomendações construtivas e abandonar o papel puramente reivindicativo.

4. A integração regional como trampolim para uma governação ao nível mundial

Actualmente, decorrem, um pouco por toda a parte, inúmeras experiências de integração regional, mas a experiência europeia é, sem dúvida, a mais avançada, constituindo para muitos um laboratório da governação. Com efeito, instituímos um controlo democrático por intermédio do Parlamento Europeu, assegurámos a participação activa da sociedade civil e integrámos nas nossas políticas uma dimensão social e ambiental. A execução da estratégia de Lisboa é um marco importante nesta direcção. O nosso modelo está longe de ser perfeito, tem muito por onde melhorar, mas creio que continua a ser para muitos fonte de inspiração.

Verifico que, tanto nos países da América Latina como em África, os processos de integração regionais podem constituir uma primeira etapa para uma melhor governação. É mais fácil ao nível regional do que ao nível mundial integrar as vertentes social e ambiental do desenvolvimento e promover os princípios de participação de responsabilidade democrática. Neste âmbito, e graças à sua experiência, a União Europeia é chamada a desempenhar um papel essencial para apoiar e impulsionar estes processos. Desta maneira, o CESE e seus homólogos da UE devem apoiar a criação de outros conselhos económicos e sociais ou organizações similares à escala regional e nacional. Neste sentido, a criação do Fórum Consultivo do Mercosul constitui para todos nós um exemplo a seguir.

A concluir, gostaria de lançar um apelo para que neste seminário surjam propostas de acção concretas e construtivas que permitam estudar a possibilidade de estabelecer um diálogo regular e construtivo sobre as questões de comércio internacional e de governação. Juntos formamos uma rede considerável que agrupa, a nível europeu, os CES e as diferentes organizações que os compõem ou que a eles estão associados e, ao nível mundial, os CES e numerosas organizações socioprofissionais nacionais e regionais com as quais o CESE mantém relações estruturadas. Esta

rede constitui, sem dúvida, um embrião de sociedade civil organizada a nível mundial em constante crescimento, embora não pretenda arrogar-se qualquer tipo de monopólio.

Permitam-me citar o relatório da Comissão Mundial sobre a dimensão social da globalização que sublinhava que : « *Actualmente, a possibilidade de lograr um sistema global de governação que seja mais participativo e democrático depende mais destas redes crescentes de pessoas e de instituições do que dos projectos de governo mundial ou de reorganização institucional global.* ».

Sejamos realistas, mas também ambiciosos, pois todos temos um papel a desempenhar e uma responsabilidade a exercer na procura de uma melhor governação.

Muito obrigado pela Vossa atenção.
